

## A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

João Antônio da Silva Fernandes (1); Carla Thayse dos Santos Alves (1); Espedito dos Santos Júnior (2); Maria Eluiza Soares da Silva (3); Marcos Paulo de Oliveira Sobral (4)

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: atdr\_17\_joao@yahoo.com.br

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas - UFAL. E-mail: carlathayse97@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade federal de Alagoas – UFAL. E-mail: lpjunnyor@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade federal de Alagoas – UFAL. E-mail: eluizamaria83@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade federal de Alagoas – UFAL. E-mail: socramsobral@gmail.com

### Resumo:

Nos dias atuais muito se discute sobre qual a função, a importância e o papel dos docentes para a efetivação da educação inclusiva nas escolas brasileiras. Compreender de que forma se deu sua formação inicial e as necessidades para a formação continuada, requer o exercício da reflexão, do debate e dos questionamentos para pensar o nosso interesse em pesquisar sobre a temática da educação inclusiva e as consequências da vida docente. O trabalho debruça-se, assim, a analisar as metodologias e possíveis dificuldades encontradas no ensino de ciências biológicas por parte de docentes atuantes na sala de aula, bem como os discentes em formação nessa área. Para conhecermos de que forma se dá tal perspectiva, foram aplicados questionários semiestruturados para os professores e alunos tendo em vista a análise sobre essa inclusão no meio escolar. Os trabalhos de BRASIL (1998), BRASIL/CNE (2001), GARCIA apud PINTO; BARREIRO E SILVEIRA (2010), SACRISTÁN (2000), SANTOMÉ (1998), SCHNETZLER (2000), SCHIMIDT (2001), MANTOAN (1997), MEDEIROS (2009), MICHELS (2006) e TERRA; GOMES (2013) balizaram as discussões presentes neste estudo. Por fim, o trabalho se consubstanciou numa excelente oportunidade de conhecer a realidade educacional de uma escola pública alagoana, ao tempo que nos provoca a continuar pesquisando, refletindo e estudando sobre a inclusão educacional.

**Palavras-chave:** Inclusão, Formação de docentes, Desafios.

### Introdução

O presente artigo trata-se de um estudo comparativo, pois tem como objetivo analisar e compreender as expectativas e projetos profissionais dos professores de Ciências Biológicas, atuantes na rede pública do município de Penedo, bem como de estudantes em curso de formação inicial de professores de ciências na Universidade Federal de Alagoas, polo Penedo, diante da perspectiva e desafios da educação inclusiva.

Tal problemática surgiu devido à necessidade de se entender a realidade da carreira docente, da qual faremos parte num futuro breve. Observando de que forma tem se estruturado os saberes e fazeres docentes em cursos de licenciatura na área de ciências biológicas analisaremos a percepção dos profissionais e dos estudantes quanto à preparação e capacitação para desempenhar suas funções como futuros docentes, sobretudo diante de uma abordagem pedagógica de caráter inclusivo.

A motivação que se tem em abordar a educação inclusiva na formação dos professores e atuais profissionais de ciências biológicas é que diante do cenário atual onde a educação está sendo discutida, é preciso conhecer como os docentes têm trabalhado os problemas do cotidiano de maneira que os mesmos se adaptem às metodologias tornando profissionais com o intuito de trazer novos conceitos, que façam com seus alunos não aprendam apenas teoria, mas que se tornem indivíduos capazes de construir e desenvolver novos conceitos. A partir disso analisamos como se dá a adequação curricular da escola como os métodos de aprendizagem, a metodologia utilizada em sala de aula, as didáticas, os currículos, os recursos tecnológicos, bem como a formação do próprio professor seja ela inicial ou continuada. Tudo isso em vista da diversidade dos alunos e os obstáculos venham a enfrentar para ter um ensino de qualidade.

Diante desses fatores fez-se necessário entender algumas questões que guiaram a presente pesquisa:

- O que os docentes fariam se na sala de aula estivesse um aluno com “deficiência”?
- A matriz curricular da formação dos professores em caráter inicial contemplou aspectos da educação inclusiva?
- Quais as visões dos professores sobre os desafios da inclusão no ensino de Ciências Biológicas na educação básica?
- Considerando que a escola é, ou pelo menos deveria ser um ambiente de inclusão de todos. Faz-se necessária a reflexão da seguinte indagação: será que os profissionais sentem -se habilitados para a realidade educacional inclusiva que encontrarão?

A partir dessas premissas desenvolvemos a pesquisa que foi de caráter qualitativo, do tipo estudo de caso, onde foi realizado em duas etapas: a primeira foi feita uma pesquisa bibliográfica, coletando dados em livros, artigos, teses e dissertações. E a segunda etapa que se deu na pesquisa de campo com a coleta de dados a partir de um questionário semiestruturado que foi aplicado em uma escola pública da cidade de Penedo - AL para os docentes de ciências biológicas atuantes e na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) para os discentes de ciências biológicas em formação.

## **Metodologia**

Para a consecução dos objetivos propostos, nos utilizamos do Estudo de Caso, pois esse tipo de pesquisa nos permite a seguinte compreensão: se funda em uma metodologia de pesquisa permanente que pode constatar aspectos gerais e, planejado com outras formas de pesquisa, possibilitará maior enriquecimento na idealização de novos conhecimentos

(ANDRÉ, 2005). E para a consecução dos objetivos propostos, foram desenvolvidas as seguintes etapas:

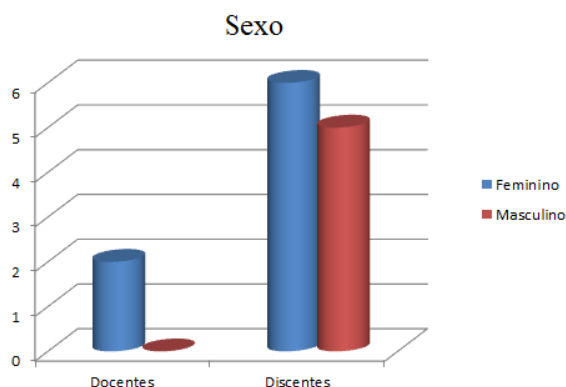
Inicialmente procedemos o levantamento bibliográfico e do estado da arte do tema em estudo. Consequente, realizamos a aplicação de dois questionários semiestruturados sendo que destes, um questionário foi direcionado para os docentes atuantes e outro para os discentes em formação, contendo questões gerais e específicas, referentes ao seu processo de formação e, atuação na rede de ensino. Para os docentes o questionário consistia de quatorze perguntas gerais na forma de questões fechadas e quatro específicas, em forma de questões abertas. Já para os discentes foram quatro perguntas gerais fechadas e quatro específicas abertas. A pesquisa foi feita em uma escola pública da cidade de Penedo-AL, com duas docentes atuantes na disciplina de ciências biológicas cuja faixa etária é entre 35 e 41 anos e, com discentes na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) cuja idade está na faixa etária de 18 a 25 anos, constituído por dezesseis discentes, distribuídos entre o 1º, 5º e 7º períodos da graduação de Licenciatura em Ciências Biológicas na instituição.

Em relação aos instrumentos de coleta de dados aplicados, foram entregues dois questionários aos docentes e dezesseis questionários aos discentes, sendo que todos os docentes deram devolutiva da pesquisa e apenas onze, desses últimos pesquisados devolveram os questionários respondidos.

### Resultados e Discussões

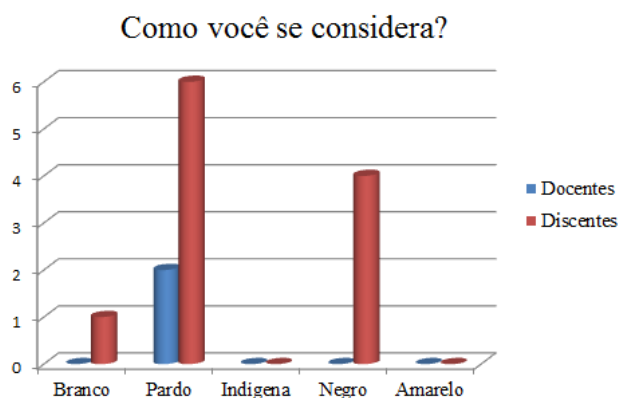
O conhecimento da realidade estudada é uma grande oportunidade para refletirmos e entendermos sobre os condicionantes que interferem na trajetória, percepção e formas de enfrentamento da realidade vivenciada pelos sujeitos sociais. Desta forma, exploraremos os indicadores: sexo e como se consideram em relação à cor.

a) Quando perguntamos aos participantes da pesquisa como se percebem quanto ao sexo, obtivemos as seguintes respostas:



Análise do perfil dos entrevistados em relação ao sexo, podemos observar um alto número de participantes do sexo feminino. Também destaca-se que durante o período de aplicação dos questionários, quando perguntados se poderiam ser voluntários na pesquisa, os participantes do sexo masculino demonstraram menos interesse do que as participantes do sexo feminino.

O que revela uma realidade na qual a escolha do curso para a mulher está vinculada a falta de condições econômicas em decorrência da sua realidade material, e não basicamente por uma construção social de ideia de “aptidão” ou devido a uma suposta falsa consciência sobre sua posição profissional na sociedade. Sendo que tais fatores contribuíram assim como Bezerra (2010, p. 5) constata que elas “foram por muito tempo tidas como biologicamente inferiores, como menos inteligentes do que os homens. Essa diminuição da mulher em relação ao homem contribuiu para o difícil acesso das mulheres ao ensino superior”. Assim como também a de se frisar que apesar do intenso crescimento das taxas de qualificação acadêmica, em 2000, havia 32% de professoras doutoras e 68% de professores doutores e, em 2005, 42,7% de professoras doutoras e 57,3% de professores doutores, (INEP, 2007), as brasileiras ainda apresentam menor produtividade de conhecimento científico comparadas aos homens (MELO, LASTRES e MARQUES, 2004). Ainda podemos observar na literatura que trata das relações de gênero e da inserção da mulher no mercado de trabalho que muitas das pesquisadas nem ocupam os postos de maior poder e/ou prestígio nas instituições de ensino superior.



Entre os entrevistados, mais da metade se auto declara pardo ou negro tanto os discentes quanto os docentes. Podemos observar que atualmente o número de estudantes que se declaram negros e pardos, vêm aumentando nos últimos anos, isso fruto de políticas afirmativas, resultantes das mobilizações sociais para o acesso dessa parcela da sociedade que

durante muitos anos se viu marginalizada desse processo, bem como também as políticas governamentais que hoje garantem e contribuem para o acesso desses jovens ao ensino superior. A constatação de tal fato se dá através da análise do percentual de pessoas negras ou pardas, que adentraram no nível superior, no intervalo de 2005 a 2015, demonstrando que o número dobrou no Brasil, isso se deu sobretudo em virtude da implementação de ações afirmativas como as cotas, onde em 2005 apenas 5,5% dos jovens negros ou pardos que estavam dentro da idade universitária e que cursavam uma graduação superior, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de geografia e Estatística). Sendo que segundo dados do mesmo instituto em 2015, houve um aumento desse percentual, saltando para 12,8% na faixa etária de idade de 18 a 24 anos que frequentaram o ensino superior regularmente.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa nos aprofundamos em questões mais específicas relacionadas a temática da educação inclusiva, sendo que se pode ver abaixo os resultados obtidos acerca de cada questão apresentada aos entrevistados. Para se referir aos discentes usamos E1, E2 e E3 respectivamente para o 1º, 5º e 7º períodos de Licenciatura em Ciências Biológicas. Já para os Docentes usamos P1 e P2 respectivamente. No contexto da pesquisa ainda sondamos junto aos pesquisados sobre os seguintes aspectos:

a) Quando sondamos o futuro profissional acerca da importância da educação inclusiva, obtivemos os seguintes resultados:

E1- *“Sim. Por ter necessidade de envolver um maior número de alunos sejam eles providos ou não de necessidades especiais”.*

E2 *“Sim, pois para desenvolver práticas inclusivas devemos pesquisar as especificidades de cada aluno”.*

E2- *“Sim, pois é importante para a sociedade lidar com as diferenças principalmente quando é professor”.*

E3- *“Sim. A profissão docente requer essa necessidade de saber lidar com as especificidades de cada estudante para assim promover uma educação includente, não excludente”.*

Fica nítida na fala dos discentes pesquisados que a preocupação dos mesmos, já no processo de formação, da necessidade de discussão acerca da problemática da educação inclusiva uma vez que assim como afirma Schmidt (2001), as instituições produzem as leis que descrevem um conjunto de atitudes que devem ser apresentadas pelas pessoas que fazem parte das escolas e secretarias de educação. Em contrapartida, o conhecimento da legislação



faz com que pessoas com necessidades educativas especiais e suas famílias conheçam seus direitos e exijam atendimento especializado.

b) Quando perguntamos aos sujeitos sobre a oportunidade de discussão do tema da educação inclusiva, até o momento da sua formação inicial, obtivemos as seguintes respostas:

E1- *“Sim, através de seminários”.*

E2- *“Sim, principalmente no 2º período”.*

E3- *“Sim. Essas discussões se deram através de uma eletiva (dificuldades de aprendizagem), na qual nos possibilitou ter uma visão geral sobre o tema inclusão”.*

E3- *“Sim, oportunidade esse que mim fez refletir a respeito de práticas pedagógicas que pudessem ajudar/auxiliar a inclusão nas escolas”.*

A abordagem da educação inclusiva está presente no processo de formação inicial, mas com pouca expressividade, uma vez que em relação à formação de professores e à Educação Inclusiva, podemos dizer que esse encontro está em processo, visto que, nos cursos de formação inicial, esse tema ainda é pouco abordado, geralmente, com um ou dois componentes curriculares que tratam sobre o assunto (MEDEIROS 2009, p. 29).

c) Outro aspecto importante que a pesquisa nos revelou foi em relação à necessidade de maiores estudos e aprofundamentos na temática da educação inclusiva, aula área específica e o que mais gostaria de saber, foram nos apresentado os seguintes dados:

E1- *“Sim, a inclusão de deficientes auditivos e visuais”.*

E2- *“Sim, para pessoas portadoras de Síndrome de Down, Autismo”.*

E2- *“Sim, sobretudo, na inclusão de pessoas com deficiência visual”.*

E3- *“Sim, e em todos os períodos do curso, pois essa questão é vista numa única disciplina no 2º período (Libras) e posteriormente, na eletiva. Como seremos professores devemos refletir sobre todas as áreas da inclusão, já que a escola é um ambiente heterogêneo”.*

E3- *“Sim. A educação inclusiva é essencial em todas as áreas. Então ela precisa ser mais aprofundada em todos os âmbitos necessários”.*

Quando se fala em formação dos professores é importante falar sobre a formação inicial e continuada dos professores, sobretudo na temática da educação inclusiva tão presente nos dias atuais. Segundo Terra e Gomes (2013, p.113):

A formação inicial e continuada dos docentes frente ao processo de inclusão escolar são variáveis e premissas decisivas para o sucesso e a efetivação das

leis inclusivas de nossas instituições escolares, assim conhecê-los torna-se uma necessidade imperativa, na construção de uma educação mais justa [...].

A formação continuada dos professores é um aperfeiçoamento dos saberes que o professor teve em sua formação inicial, visto que o educador deve estar sempre atualizado e bem informado principalmente nos assuntos pedagógicos. Devido à ruptura de culturas que visavam o indivíduo com deficiência, um ser inválido, pois com suas limitações não atendia um padrão exigido pelo mercado de trabalho.

d) Tendo em vista a formação até então recebida, e quais seriam as necessárias no currículo do curso de formação para melhor tratar a educação inclusiva, os pesquisados nos revelaram as seguintes demandas:

E1- *“Inserir uma educação livre de preconceitos, que respeita as diferenças”.*

E3- *“Mais horas em disciplinas que possam tratar da temática, bem como projetos. Este último se mostra de modo essencial”.*

E3- *“Como citado anteriormente, em todos os períodos deveriam abordar sobre educação inclusiva. Assim, uma sugestão seria os professores ofertar eletivas a cada período que tratassem das deficiências e de metodologias alternativas p/ o professor trabalhar em sala de aula”.*

E3- *“Essas inserções seriam necessárias, principalmente nos estágios, pois é a partir deles que a realidade é posta em prática”.*

E3- *“Deveria ter uma disciplina para trabalhar com a inclusão nas escolas, pois mesmo que algumas pessoas tentem não abordar a inclusão na comunidade escola é um direito e não uma obrigação de incluir a todos.”.*

Percebemos que os discentes sentem falta de uma maior carga horária para compreender e abordar metodologias didáticas capazes de garantir a esses futuros profissionais desempenhar um trabalho eficiente e acolhedor, recaindo uma queixa ao fato de que eles só tiveram acesso a uma única disciplina chamada dificuldades de aprendizagem, no segundo período, sem que os mesmos tivessem oportunidade de se aprofundar nessa área, muito em virtude do pouco tempo a que o curso dispõe em sua grade curricular. O currículo que, segundo Santomé (1998), durante muito tempo se configurou como mecanismo de exclusão, torna-se atualmente instrumento da política educacional inclusiva. Também, corrobora com esse pensamento,

A relação de determinação sociedade-cultura-curriculo-prática explica que a atualidade do currículo se veja estimulada nos momentos de mudança nos sistemas educativos, como reflexão da pressão que a instituição escolar sofre desde diversas frentes, para que adapte seus conteúdos à própria evolução cultural e econômica da sociedade (SACRISTÁN, 2000, p. 20).

Tendo em vista o atendimento dos objetivos propostos nessa pesquisa a partir deste ponto passaremos a analisar e tentar compreender as percepções dos docentes pesquisados acerca das questões que envolvem a educação inclusiva.

Quanto ao perfil das docentes, ambas fizeram sua graduação em instituição de ensino privado no modo presencial e nos últimos dois anos elas participaram de atividades de formação continuada a qual consideram a carga horária de mais de 80 horas adequadas para um curso de capacitação. As duas docentes lecionam a mais de 10 anos, uma ministra até 19 horas aulas por semana e a outra de 31 a 40 horas aulas por semana, elas afirmam que aplicam quase sempre os conhecimentos adquiridos em sala de aula. E quanto ao IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) da escola uma declarou que tem conhecimento dos dados da sua escola e a outra não se posicionou em relação à pergunta.

Além das perguntas gerais, as docentes responderam algumas perguntas específicas sobre a sua formação inicial, abordando a temática da educação inclusiva, vejamos a seguir os resultados obtidos:

1. Quando perguntamos sobre como ocorreu à contemplação da temática da educação inclusiva no currículo da sua graduação, obtivemos a seguinte resposta:

P1: *“Não. Obtive conhecimento sobre educação inclusiva nos cursos de pós-graduação nas áreas de Psicopedagogia e Metodologia do Ensino de Biologia e Química”.*

P2: *“Na minha graduação não fui contemplada com o tema da educação inclusiva”.*

Ambas respondentes afirmaram que não foram contempladas com essa temática em sua graduação. Apenas uma docente fez formação continuada e por isso abordou a educação inclusiva. Percebemos que há alguns anos atrás, muito pouco se falava sobre inclusão principalmente em um curso de licenciatura onde o professor enfrentará em sua docência pessoas que possuem alguma deficiência. Vejamos o que diz Parâmetros Curriculares Nacionais sobre:

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. (BRASIL, 1998).



2. Quando perguntamos se houve participação em algum curso de formação continuada que tratou da Educação Inclusiva? E se sente necessidade de mais formação nessa área? Obtivemos a seguinte resposta:

P1: *“Participei de vários cursos com o tema exposto, porém (pouco não) o que chamou minha atenção foi a forma de tratamento com o discente. Seria interessante mais formações na área”.*

P2: *“Não participei de nenhuma formação continuada para educação inclusiva”*

Somente uma docente possui capacitação continuada, mas ambas reconhecem a importância de se aprofundar na temática da educação inclusiva, visto que podem se deparar no seu cotidiano com pessoas com necessidades especiais. Tendo em vista que:

A inclusão é definida como a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (BRASIL/CNE, 2001).

3. Quando perguntamos se o docente sentia-se preparado para lidar com a educação inclusiva, obtivemos a seguinte resposta:

P1: *“Sim em parte, pois alguns problemas desconheço causas”.*

P2: *“A preparação vem com a realidade cotidiana”.*

Uma docente por ter uma formação continuada em algumas temáticas relacionadas a educação inclusiva se sente preparada para lidar com pessoas com deficiência, já a outra docente não possui formação continuada e acredita que é no cotidiano que há a preparação. De acordo com a resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, estabelecida no parágrafo 4º, aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

4. Quando perguntamos se já houve algum aluno na turma com necessidades especiais? Qual a deficiência? E quais as problemáticas encontradas? Obtivemos a seguinte resposta:

P1: *“Sim. Auditiva. O aluno tem baixa audição. Consegue fazer leitura labial. Os problemas são interação com a turma; alienação; não acompanha algumas coisas em sala”.*

P2: *“Síndrome de Down. A falta de recursos materiais a serem desenvolvidos em sala de aula”.*

Como podemos perceber as docentes encontram dificuldades de trabalhar com alunos que possuem baixa audição, pois segundo Fernandes (1990), falar em inclusão de deficientes auditivos é complicado, várias indagações passam pelos docentes, principalmente a forma de se comunicar com os mesmos. O indivíduo que apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis é privado das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana. Dificultando, assim, a comunicação no ambiente escolar. O mesmo pode ser constatado com os alunos com outras deficiências, só que na perspectiva dessas, no caso síndrome de Down, tendo em vista suas necessidades, onde podemos perceber, no cotidiano em sala de aula, que as escolas regulares, em sua maioria, não possuem ainda um ambiente adequado para a inclusão de alunos com deficiência. De acordo com Mantoan (1997, p. 120):

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico.

Trabalhar a problemática da inclusão é de importante relevância para a formação inicial e continuada de professores, tendo em vista que nos dias atuais, sobretudo sobre as prerrogativas de Lei que tratam do tema em tela, já que estas estão presentes no cotidiano da sala de aula e, para que se desenvolva um efetivo trabalho pedagógico baseado na inclusão dos sujeitos no processo educativo, é *mister* proporcionar condições de equidade para os deficientes.

Assim, investigar como se dá esse processo de inclusão no espaço escolar é de suma importância, tanto no tocante como os mesmos manifestam-se eficientes e que atendem os anseios dos sujeitos em processo de formação.

Por fim, há de se destacar que essa pesquisa abre oportunidades para se repensar como a temática da inclusão está sendo trabalhada no processo de formação de futuros licenciados e nos lança ao desafio de continuar a estudar, pesquisar e compreender os desdobramentos do processo de inclusão nas escolas públicas brasileiras.

### **Considerações finais**

Por fim, a presente pesquisa se mostrou de fundamental importância, visto que sentimos a necessidade de conhecer, compreender, problematizar e nos aprofundar mais na temática da educação inclusiva, aplicada tanto no processo de formação inicial de futuros docentes, quanto para formação continuada dos profissionais em serviço. Durante a pesquisa foi perceptível como ainda pouco se fala sobre a educação inclusiva, às vezes de forma

aligeirada, resultado do pouco espaço que se destina nos currículos e da ausência de efetivos momentos de vivência e experimentação no desenvolvimento de metodologias que possam embasar o trabalho pedagógico do professor de ciências.

A pesquisa ainda nos permitiu compreender que no que tange a educação inclusiva que há muitos anseios e dificuldades que são enfrentadas pelos futuros e atuais docentes, uma vez que tal discussão já se faz presente na formação inicial como também no dia a dia do profissional docente. Cabe assim, aprofundarmos o debate e a reflexão acerca do processo de formação continuada sobre educação inclusiva, para que esta sirva de instrumento e alicerce aos saberes e fazeres dos docentes na construção de uma educação cada vez mais inclusiva, desta forma contribuindo para a formação tanto dos docentes em serviço quanto para nós futuros docentes.

Em tempo, consideramos que a pesquisa em tela nos oportuniza pensar, refletir, questionar sobre o *modus operandi* como a educação inclusiva vem sendo trabalhada nos cursos de formação inicial e continuada de professores, mesmo sendo esta uma prerrogativa garantida por lei, ainda é realizada de forma muito superficial, sendo que na maioria das vezes é o interesse e a sensibilidade do docente para buscar o seu aperfeiçoamento na construção de saberes e práticas de ensino, que possibilitam melhorar a compreensão do processo didático pedagógico, como também a superação das dificuldades encontradas na sala de aula que corroboram para a realização das experiências didáticas com alunos com deficiências seja elas quais forem.

Assim, cabe ao processo de formação continuada, promover a aquisição de novos saberes e fazeres que fortaleçam cotidianamente a atuação do docente no intuito de que este possa superar e fortalecer a sua prática pedagógica, garantindo o desenvolvimento de uma educação que seja cada dia mais inclusiva.

### **Referências Bibliográficas**

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL. **Ministério da Educação e Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares: estratégia para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília, 1998.

BRASIL. **Ministério da Educação e Desporto. Parecer CNE/CEB 17/2001.** Diário Oficial da União, Brasília, 17 de agosto de 2001. Seção 1, p. 46. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: set. 2018.

BEZERRA, Nathalia. **Mulher e Universidade:** a longa e difícil luta contra a invisibilidade. Conferência Internacional sobre os Sete Saberes, 2010, Fortaleza. Anais... Fortaleza: UECE, 2010. P. 1-8. Disponível em: <<http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/420-07082010-184618.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FERNANDES, E. **Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo.** Rio de Janeiro, Agir, 1990.

INEP. **Trajatória da Mulher na Educação Superior Brasileira:** período de 1991 a 2004. Brasília: MEC; Governo Federal do Brasil, 2007.

MANTOAN, M. T. E.; **A Integração de pessoas com deficiência:** contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

MEDEIROS, C. **Saberes Docentes e Autonomia dos Professores.** 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MICHELS, Maria Helena. **Gestão, formação docente e inclusão:** eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. 2006.

**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Educação e qualificação profissional:** 2014 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 104 p.

PINTO, Carmem Lúcia Lascano; BARBEIRO, Cristhianny Bento; SILVEIRA, Denise do Nascimento. **Formação continuada de professores:** Ampliando a compreensão acerca deste conceito. Revista Thema. 2010. Disponível em: <[revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/download/19/19](http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/download/19/19)>

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade:** o currículo integrado. Trad. Cláudia Schiling. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SCHIMIDT, Andréia. **Metacontingências na escola inclusiva.** Resumos do X Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental, p. 165, 2001.

SCHNETZLER, R. P. e Aragão, Rosália M. R. (orgs) **Ensino de Ciências:** fundamentos e abordagens. Campinas: R. Vieira Gráfica e Editora, 2000.

TERRA, Ricardo Nogueira; GOMES, Cláudia Gomes. **Inclusão escolar:** carências e desafios da formação e atuação profissional. Rev. Educ. Especial. v. 26, n. 45, Jan./Abr. Santa Maria, 2013